



Com a edição número 33 da revista *Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación*, e com os desafios que têm apresentado os novos padrões da ciência, da tecnologia e da inovação na Colômbia, é pertinente seguir refletindo sobre os conceitos da apropriação social da ciência. Essa reflexão tem sido proposta em diferentes cenários e tem gerado diversas reações no mundo acadêmico. Algumas reflexões que fiz sobre a divulgação pública da ciência têm sido ideias motivadoras que mostram um caminho por construir.

Uma das grandes preocupações dos cientistas, e em geral das instituições geradoras de conhecimento, tem sido contribuir para a comunicação pública e para a apropriação social da ciência e da inovação. Diversos modelos comunicativos têm tratado de favorecer essa iniciativa desde a década de 1960.

Além do interesse no tema dos próprios cientistas, o assunto tem passado a fazer parte das agendas públicas dos governos, como fator indispensável na consolidação das democracias. Normalmente, as democracias consolidadas e estáveis no mundo medem-se a partir de diversos tópicos, tais como as estruturas e os procedimentos, as relações no interior dessas estruturas, os partidos e sistemas de partidos, as estruturas econômicas públicas e privadas, as estruturas de mediação da sociedade civil e do governo, a limitação e exclusão do poder dos militares, a autonomia, o respeito à legalidade e a gestão dos recursos públicos.

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar então que a ciência como instituição social e democrática requer também que o conhecimento científico se faça público. De fato, é uma responsabilidade social e um imperativo para democratizar o conhecimento.

Na Colômbia, segundo o estudo de Colciencias e do Observatório Colombiano de Ciência e Tecnologia, durante os últimos cinco anos tem imperado o modelo deficitário com especial ênfase na divulgação de conhecimentos científicos para crianças e jovens. No entanto, segundo a mesma pesquisa, não se definiram mecanismos claros e efetivos que permitam a articulação com os setores que não têm estado presentes como beneficiários nem como gestores da atual política de comunicação pública da ciência, como as

associações civis, os organismos não governamentais, as entidades públicas regionais, os setores produtivos e de serviços e os grupos indígenas e afrocolombianos, entre outros.

No entanto, das iniciativas abordadas a partir do social, independentemente dos modelos de comunicação pública e dos contextos que a medeiam, é interessante como ponto de partida e principalmente, delimitá-los, pensando em redes de trabalho intersetorial. A comunicação pública tem tentado gerar um movimento social, organizando um sistema de comunicação em ação, isto é, que estabelece uma fluidez de mensagens através de uma estrutura de rede na qual diferentes grupos formais em consonância fazem as conexões, de saída e entrada de informações que resultam em atitudes e são resolvidas nos momentos de maior mobilização e processos de desenvolvimento comunitário. Esse é o último termo que deve intervir definitivamente no processo dessas iniciativas.

Dada a influência dos meios de comunicação na vida diária das pessoas, os hábitos e gostos dos consumidores medeiam e condicionam sua habilidade para transformar-se em cidadãos. Quando esse aparelho cresce, a comunicação requer formas específicas de transmitir informação e influenciar os que a recebem.

Os mecanismos de consumo que se popularizaram com as crescentes formas apresentadas na rede, são hoje em dia, as experiências mais oferecidas e as que têm um grau de inovação democrática baixo e supõem uma utilização das TIC focada no gerenciamento das políticas públicas, como elemento facilitador da eficácia e da eficiência dos novos modelos de comunicação, concebendo os cidadãos como prosumidores de serviços públicos. Mas também se destaca outro nível de concentração das TIC, que é, em certa medida, utilizada para gerar processos de decisão compartilhada, que supõem uma política mais difusa na qual o Estado se inter-relaciona com a sociedade civil, fazendo emergir novas formas de autonomia civil e de relação política.

Fica aberto o debate sobre as articulações entre Estado e academia, e o papel dos pesquisadores na construção da democracia.

Mauricio Andrés Álvarez Moreno
Editor geral